



Demanda de imprensa sobre Cognyte para PC

2 mensagens

Laura Scofield

Para: imprensa@policiacivil.go.gov.br

27 de outubro de 2023 às 17:49

Olá, boa tarde. Tudo bem?

Sou Laura Scofield, jornalista da Agência Pública. Estamos fazendo uma matéria sobre o contrato da Cognyte pelo estado de Goiás e tenho questionamentos para a PC. Os questionamentos também foram enviados para a SSP.

Seguem:

1. A Polícia Civil indeferiu o pedido de LAI feito por mim para a SSP em que eu solicitava todos os documentos ligados à contratação da Cognyte (não apenas o contrato), e justificou afirmando que "o conhecimento dessas informações possibilitaria ações direcionadas pela criminalidade", etc. O retorno pela LAI contou ainda com a declaração de documento reservado, que impõe sigilo de 5 anos. Depois, a PC disse a outros veículos de imprensa que as informações nunca foram sigilosas. O que justifica essas contradições?
2. Tendo em vista que houve o termo de classificação da informação de documento reservado e que os documentos solicitados não foram compartilhados, o retorno da PC a outros veículos de imprensa em que afirma que nunca houve sigilo é falso. A PC gostaria de se posicionar?
3. O termo de classificação de informação enviado via LAI para justificar o não envio dos documentos solicitados foi assinado no mesmo dia em do retorno da LAI, 3 de outubro, e não conta com a assinatura da autoridade ratificadora. Por que a informação não foi classificada como sigilosa assim que foi produzida? E por que não houve assinatura da autoridade ratificadora?

Também gostaria de solicitar o compartilhamento da íntegra da nota da Polícia Civil citada pelo jornal O Popular nesta reportagem.

<https://opopular.com.br/politica/contrato-de-programa-espi-o-com-goias-vai-ate-fim-de-2023-1.3077153>

A Pública solicitou "íntegra dos contratos firmados, as notas fiscais e relatórios de fiscalização e acompanhamento dos contratos", mas o pedido foi negado sob argumento de que se trata de informação sigilosa. O contrato, no entanto, está disponível no Portal da Transparência. Em nota, a Polícia Civil disse que "jamais foi colocado sigilo" sobre as informações.

Por fim, gostaria de repetir o pedido feito por LAI e respondido com indeferimento, conforme publicado em matérias da Pública.

"Solicito os documentos referentes aos dados de quaisquer execuções contratuais findas ou em vigência entre o governo do estado de Goiás e a empresa representada pelo CNPJ 01.207.219/0001-29. Os documentos devem incluir a íntegra dos contratos firmados, as notas fiscais e relatórios de fiscalização e acompanhamento dos contratos."

O pedido foi enviado à SSP, mas respondido pela PC depois de encaminhamento interno.

O contrato e os empenhos estão no Portal da Transparência, mas não os outros documentos requeridos, que, de acordo com o retorno via LAI, existem. O retorno cita ao menos dois: "Relatório 1 (evento n.º 000030728343); e Relatórios Convênio (eventos n.º 51966668 / n.º 51966736 / n.º 51966749)".

Dessa forma, reitero o pedido. Caso os relatórios não sejam enviados, solicito a justificativa para o não compartilhamento.

O prazo para retorno é **segunda-feira (30) às 12h**.

Fico no aguardo.

Atenciosamente,



Sender notified by
Mailtrack

Laura Scofield

Para: imprensa@policiacivil.go.gov.br

30 de outubro de 2023 às 13:19

Olá, bom dia.

Conseguimos aumentar o prazo de retorno para **hoje (30) às 18h.**

Atenciosamente,



Sender notified by
Mailtrack

[Texto das mensagens anteriores oculto]